

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

ANTONIO CARLOS BUENO JUNIOR

LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO À PUBLICIDADE

CASCADEL, PR

2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

ANTONIO CARLOS BUENO JUNIOR

LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO À PUBLICIDADE

Trabalho apresentado à disciplina TCC I como requisito parcial para obtenção da aprovação semestral no Curso de Direito pelo Centro Universitário FAG.

Professora Orientadora: Adriana Boeira

Linha de pesquisa: Revolução Tecnológica, Administração Pública e Sustentabilidade

Professor orientador: Marcella Cristina Brazão Silva

CASCADEL, PR

2021

SUMÁRIO

1 ASSUNTO / TEMA	4
1.1 JUSTIFICATIVA	4
1.2 PROBLEMA.....	5
1.3 HIPÓTESE.....	5
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	6
1.4.1 Objetivo geral.....	6
1.4.2 Objetivos específicos.....	6
2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	6
REFERÊNCIAS.....	7

1. LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DIREITO À PUBLICIDADE

O presente trabalho tem como assunto apresentar a Lei Geral da Proteção de Dados no meio digital, o tema por sua vez trata da aplicação da referida norma frente ao direito à publicidade e transparência das informações pertinentes ao Poder Público.

1.1 JUSTIFICATIVA

O avanço tecnológico tem progredido em ritmo cada vez mais rápido, e por consequência, o uso da informação como elemento principal para realização de transações comerciais totalmente online através de novos modelos de negócio aumentou gradativamente até conquistar sua popularização devido a facilidade na obtenção dessas informações.

Com isso, a virtualização de empresas e órgãos públicos trouxe inúmeros benefícios para os usuários, tendo notória relevância no dia a dia com a simplificação e automatização de processos para otimizar tarefas que muitas vezes demandam muito tempo em rápida resolução. A inteligência gerada decorrente dessa ciência mercadológica, em especial as áreas voltadas para o marketing e a publicidade fez com que os dados convertidos fossem fator indispensável para a economia da informação.

Partindo dessa premissa, o processamento dessa expansão informacional passou a ser manipulado tanto por parte do setor público quanto por empresas privadas, acometendo a parâmetros de identificação dos usuários que por consequência, devido à vulnerabilidade dos mesmos, o número de violações e compartilhamentos não autorizados desses dados aumentou exponencialmente com finalidade mercantil.

Baseada no Regulamento Europeu de Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation*, ou “GDPR”) que visa um maior controle dos titulares e em virtude dos fatos mencionados, recentemente em nosso ordenamento jurídico passou a vigorar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tal inovação legislativa tem por objetivo disciplinar de forma igualitária pessoas, empresas e órgãos públicos ao tratamento dos dados pessoais, armazenamento e descarte dessas informações no meio digital e físico para o

fortalecimento/preservação de direitos fundamentais dos titulares bem como responsabilizar aqueles que estão em desconformidade com a mesma.

Em contrapartida, na Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos XIV, XXXIII, XXXIV, LXXIV, LXXII e LXXVII que por meio da Medida Provisória (MP) Nº 228 de 2004 posteriormente convertida na Lei de Acesso à Informação (LAI), apresenta garantias aos cidadãos que refere-se ao acesso às informações administradas por parte dos órgãos e entidades vinculadas ao poder público como forma de transparência, salvo matérias consideradas sigilosas.

Nesse sentido, a vinculação da aludida lei (LGPD) tem gerado grande debate sobre seus reflexos frente ao direito à informação anteriormente mencionado uma vez que se faz presente certa flexibilização legislativa quanto a fiscalização por parte do Estado e omissão em indicar medidas necessárias de prevenção de seu acesso indevido.

Por fim, considerando que o tema é bastante controverso em relação à proteção dos usuários sem transpor garantias constitucionais, essas são as razões do presente trabalho a serem analisadas

1.2 PROBLEMA

Identificar se a harmonia sistêmica entre as normas citadas acima gera algum tipo de conflito bem como as adequações que o Estado deverá implementar para garantir o direito à proteção de dados.

1.3 HIPÓTESE

Conforme especificado em seu artigo 5º, incisos XIV e seguintes da Constituição Federal de 1988, os atos ou procedimentos administrativos devem ser acessíveis a todos de forma transparente com finalidade de fiscalização para garantia e manutenção de prerrogativas constitucionais.

Por outro lado, a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados que visa dar segurança aos dados dos usuários apresenta tudo o que é passível de legalidade dentro do consentimento atribuído ao mesmos. Dado o exposto, ocorreram mudanças significativas quanto ao tratamento dessas informações, trazendo consigo uma série de limitações e introduzindo a necessidade de indicar a finalidade vinculada a requisição de informações para que por fim possa cumprir com a transparência ao usuário final.

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 Objetivo Geral

De forma minuciosamente, realizar a análise dos dispositivos fixados pela referida lei respeitando princípios constitucionais vinculados ao direito à informação pública bem como examinar a fundamentação de estudiosos como forma de esclarecimento quanto a sua aplicabilidade levando em consideração que a referida lei afeta diferentes setores e serviços da administração pública.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar por meio dos dispositivos legais que abordam sobre o direito à publicidade das informações administradas pelo Estado e os impactos sofridos decorrente da nova legislação.
- Expor e compreender as dificuldades em fiscalizar o poder público a fim de garantir que não ocorra o acesso indevido por parte do mesmo.
- Analisar as possibilidades de resolução e ajustes a serem introduzidas no atual cenário .

2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Devido a recente implementação da Lei Geral da Proteção de Dados tornou nosso ordenamento um tanto quanto duvidoso quanto às garantias constitucionais compreendidas aos cidadãos. Nesse sentido, por meio da análise das opiniões de doutrinadores que versam sobre o tema, o presente trabalho tem por finalidade lapidar uma base sólida a respeito do tema.

Os meios de pesquisa que serão utilizados ao longo do presente projeto serão: pesquisas bibliográficas e pesquisas na internet por meio de artigos jurídicos relacionados à presente demanda.

REFERÊNCIAS

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: **A função e os limites do consentimento**. São Paulo: Forense, 2019b.

COSTA, M. M. da. **A era da vigilância no ciberespaço e os impactos da nova lei geral de proteção de dados pessoais no Brasil: reflexos no direito à privacidade**. 2018. 93 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.